



SEMA-CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

**Ata de Reunião Ordinária / Extraordinária**

**12/2025**

**ANA MARIA DE ARAÚJO VENTURA, TAIANE CRISTINE DE JESUS GARCIA SCARPARO, CLAUDEMIR JOSÉ FREIRE, SOLANGE CRISTINA BATIGLIANA, FABRÍCIO PIRES BIANCHI, CRISTINA DA SILVA BORBA, PAULO BASSANI, MARIANA GROTTI PEREIRA, CARMEN ESTHER DOS SANTOS GRUMADAS, CLEBER GUSTAVO DE GOES, KARINE GERBER DE AZEVEDO, GELSON MOREIRA SOUZA, LUCAS FERREIRA LIMA, LIDIANI MARIA DAMIANI ISIDORO, INÁ LOPES CAZELLA, JOÃO AUGUSTO BARBOSA, LETÍCIA MARCON TAVARES, LUIZ CÂNDIDO DE OLIVEIRA, MARIA DO CÉU MARTINS LOPES, MAYARA FERNANDA DO CARMO, NINO MEDEIROS RIBAS, RODRIGO AUGUSTO TORRES** Convidados: **PATRÍCIA GONGORA**. A reunião teve início em segunda convocação, às 16h15. Seguindo a ordem do dia, foi autorizada a gravação do encontro por todos os presentes. A ata da 13ª reunião foi aprovada por unanimidade, com as correções solicitadas por Maria do Céu e Ana Maria de Araújo Ventura. Em seguida, o Secretário apresentou um panorama da situação financeira da Secretaria e dos projetos em andamento. O presidente Claudemir questiona que os 12 milhões que a Secretaria vai empregar nos projetos são recursos do Fundo, além de direcionar dinheiro do Fundo para coisas da CMTU. O Presidente cita os resíduos sólidos, porque a Sema não se envolve com essa questão dos resíduos sólidos buscando melhorias no processo e se a compra de programa para resíduos vai melhorar o processo e ceder o programa para a CMTU (referindo-se ao projeto de monitoramento). O Secretário diz que a Secretaria não tem informação sobre os planos de gerenciamento que chegam e quem tem a informação é a CMTU, que faz a coleta porta a porta. O Secretário continua dizendo que é mais simples e inteligente aportar um recurso do meio ambiente para a CMTU fazer esse controle que compete a ela. Fabiana diz que não é só o controle porque os planos de gerenciamento são aprovados pela Sema. O presidente Claudemir pergunta se a Sema está fiscalizando o serviço, orientando a CMTU, o que a Sema está trabalhando junto à CMTU na questão dos resíduos sólidos. O Secretário diz que atualmente a Sema é que aponta para a CMTU os locais de ponto de entrega voluntária. O Secretário segue dizendo que em Nova Conquista foi apontado um local de entrega voluntária e a população não quis e que as pessoas não querem perto de suas casas. Os pontos de entrega têm que ser fora da área urbana, porém, fora da área urbana ninguém leva. Continuando, o secretário informa que foram mapeados 24 pontos, para escolher 12 pontos de entrega voluntária e a CMTU vai trabalhar na busca de recursos para implantar esses pontos. O Secretário diz que o pequeno gerador não tem opção de entrega e que tem dois pontos, e resíduo verde só no Vista Bela e o pequeno gerador não tem opção. Resta uma empresa em Ibiporã, outra na saída de Curitiba, gastando 200 a 300 reais por caçamba, por isso ele acaba levando para o fundo de vale. O Secretário discorre sobre alguns problemas de descarte e comportamento da população. A servidora **Fabiana Borelli** detalhou o orçamento da SEMA e respondeu aos questionamentos dos conselheiros. As informações completas constam no processo nº **19.023.182710/2025-75**. Na sequência, houve alteração na pauta para a exposição do professor **Rafael Montanhini**, que apresentou o projeto do **Jornal da UTFPR**, voltado à divulgação de ações ambientais da instituição. O docente solicitou apoio do Conselho para disponibilizar o link do jornal nas páginas do CONSEMMA.

O presidente elogiou a iniciativa e comprometeu-se a consultar os órgãos oficiais para verificar a possibilidade de inserção do link no site do Conselho, considerando que este é hospedado na página da **Prefeitura de Londrina**.

Prosseguindo, foi tratada a pauta referente à **moção de repúdio** às infrações ambientais ocorridas na **Fazenda Produtora**. A conselheira **Ana Maria** relatou matéria publicada na *Revista Piauí* sobre o caso de desmatamento, mencionando que a propriedade pertence ao pai do prefeito. Destacou que, por se tratar de figura pública, é importante que o caso seja

esclarecido pelo **Ministério Público, IAT e Prefeitura de Londrina**, de modo a acompanhar as medidas de responsabilização e reparação.

Como não havia quórum suficiente para deliberação, ficou encaminhada a realização de **reunião extraordinária** para discutir e votar o tema.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às **17h50**.



Documento assinado eletronicamente por **Claudemir José Freire, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente**, em 16/01/2026, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2 de 24/08/2001 e o Decreto Municipal nº 1.525 de 15/12/2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.londrina.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **16959691** e o código CRC **4557C95E**.

**Referência:** Processo nº 19.023.200405/2025-72

SEI nº 16959691